



AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S.A. - AGEHAB

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DOS CONTROLES
INTERNOS E ASPECTOS MAIS RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 30/06/2023

Goiânia/GO, 15 de setembro 2023.

Aos

**Acionistas, Diretores e demais Administradores da
AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S.A. - AGEHAB**

Rua 18-A nº 541 Quadra 31-A Lote 20/21 – Setor Aeroporto – CEP.:74070-060

Goiânia – Goiás – Telefones (62) 30965000 – 30965050

CNPJ (MF) Nº 01.274.240/0001-47

Att. Diretoria Financeira

Ref. Relatório de Auditoria Forma Longa

Prezados Senhores,

Havendo concluído nesta data o estudo e avaliação dos controles internos adotados pela AGEHAB, acerca dos itens mais relevantes do ponto de vista de exposição ativa ou passiva, indispensável a formação de nossa opinião inerente a fidedignidade e tempestividade dos registros dos atos e fatos contábeis, que ensejaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 30/06/2023, queremos:

Informar que nosso trabalho é composto por macro atividades, subdivididas em trabalho de campo e de escritório (na proporção de 70%x30%), o qual foi iniciado pela definição da equipe de auditores com experiência em trabalhos correlatos e de mesma complexidade, e da avaliação de possíveis ameaças à independência em decorrência de conflitos éticos preconizados nas NBC PA's, e prosseguindo mediante o planejamento geral do trabalho determinado nas NBC TA's 300 a 330, efetuado através de: Análise dos Melhores Referenciais do BP e DRE elegíveis para fixar Materialidade Individual e Coletiva no Trabalho e Respostas do Auditor com Procedimentos para Mitigação dos Riscos. Tudo planejado de modo a viabilizar o melhor desempenho da equipe durante a execução das atividades de estudo e avaliação dos controles internos o qual será o fundamento para fixação da extensão e profundidade do procedimento de auditoria bem como da melhor oportunidade e circunstância a ser aplicado.

Enfatizar que o relatório anexo preconizado, é o resultado de exames procedidos por amostragem e que por isso mesmo não tem a finalidade nem a pretensão de arrolar falhas individuais ou institucionais, mas tão somente destina-se a sinalizar para a Governança a necessidade de aprimoramento em algumas áreas ou procedimentos, visando a tornar as Demonstrações Contábeis aptas ao arrimo das decisões gerenciais, e não apenas um documento de cunho burocrático, para aferir, após termo, o desempenho de uma gestão.

Patentear nossa gratidão pela total cooperação recebida indistintamente de todos os setores e servidores que nos propiciaram acesso às imprescindíveis informações, sem as quais não lograríamos êxito em nosso intento.

AUDIMEC - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O "S"GO



Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"GO
Sócio Sênior

AGEHAB - AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S.A.
RELATÓRIO DE AUDITORIA NA FORMA LONGA
ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO CONTROLES INTERNOS E
ASPECTOS MAIS RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30/06/2023

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por finalidade precípua comunicar a administração da **AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S.A.** acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos existentes, notadamente na área contábil, portanto aludido relato consigna informações decorrentes do exame realizado mediante análises e verificações que efetuamos nas Demonstrações Contábeis levantadas em 30 de junho de 2023, cujo trabalho foi efetuado por Contadores com experiência específica em auditoria de Empresas Públicas e Economias Mistas com personalidade jurídica de direito privado, regidas concomitantemente pelas leis 4.320/64, 6.404/76 e 13.303/16, durante o período em campo, observando rigorosamente ao que preceitua a Resolução CFC nº 821/1997, e seguintes que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissionais em Auditoria - NBC PA.

Todo o trabalho foi planejado e efetuado consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade, mediante metodologia e procedimentos de auditoria preconizados nas Resoluções de nºs 1.203 a 1.235 que aprovaram as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis NBC TA, com nova estrutura determinada pela resolução nº 1.328 editada em 18/03/2011 pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Iniciamos nosso serviço, através do planejamento do trabalho, onde fixamos o escopo, procedemos ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, e, com base no grau de credibilidade que atribuímos, pudemos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade dos procedimentos de auditoria a serem aplicados por amostragem estratificada cientificamente.

Efetuamos testes de substância e de observância, que implicaram na validação dos saldos e revisão analítica de seus negócios e operações, dentre tantos outros procedimentos desenvolvidos, sem que nenhum óbice ou restrição, tenha sido impingida à consecução dos trabalhos, cuja síntese dos fatos mais relevantes e algumas sugestões de aprimoramento aos controles internos, e identificando as áreas susceptíveis e que apresentam riscos relativos atribuídos a partir da “matriz de risco” decorrente da análise vertical e horizontal do balancete patrimonial prévio do exercício sob exame.

Os sistemas contábeis e de controles internos, embora sendo de responsabilidade da administração da Companhia auditada, dentro de um cronograma de trabalho antecipadamente estabelecido, foram por nós analisados e, sempre que julgamos necessário indicamos sugestões objetivas para seu aperfeiçoamento ou implantação. Como procedimentos primordiais de evidenciação da auditoria, verificamos a eficácia, eficiência e efetividade dos sistemas e subsistemas de controle interno bem como a segurança e confiabilidade das transações representadas na sistemática contábil.

2. METODOLOGIA

A concepção de um Plano de Auditoria tecnicamente otimizado, pressupõe um planejamento detalhado, consistente na programação e execução de exames adequados de auditoria, os quais dependem do grau de entendimento que se tem das atividades-meio e atividades-fim, bem como do perfeito conhecimento da estrutura organizacional e societária de Companhia a ser auditada.

O Programa Padrão de Auditoria que atualmente norteia o planejamento de nossos serviços é o resultado de 39 anos de experiência e aprimoramento profissional bem como do foco na legislação pertinente à matéria, principalmente no que tange as Normas Brasileiras de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis (NBC-TA, preconizadas em 33 Resoluções do CFC de nºs 1.203 a 1.235/2009) e Normas Profissionais de Auditoria Independente (NBC-P-1 aprovada pela resolução nº 821/97) reconhecidas no meio profissional de auditoria como principal referência doutrinária.

2.1. TÉCNICAS DE ABORDAGEM

Nossos trabalhos foram conduzidos através da NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, com a finalidade de racionalizar e dar maior efetividade a metodologia a ser utilizada. Dentre nossa abordagem podemos destacar a “Amostragem Sistemática Específica” que é uma técnica não estatística determinativa da seleção de uma quantidade de registros a serem selecionados e analisados, bem como o intervalo da seleção; a de “Seleção de Auditoria” que determina quantos registros serão selecionados e os números aleatórios aos quais devem estar associados; a de “Amostragem por Funções e Atributos” na qual os itens são selecionados a partir da pesquisa sobre a presença de determinados atributos e, finalmente, a de “Amostragem Através de Unidades Monetárias” onde é estabelecido o mínimo de valores de itens monetários em relação à sua totalidade dentro de um risco cabível e grau de confiabilidade desejado.

2.2. ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

Os controles internos de uma Companhia são um conjunto de normas, procedimentos, métodos e critérios adotados para salvaguardar seus ativos, e quantificar e qualificar seus passivos com relativa exatidão, visando à promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros contábeis a serem consignados em suas Demonstrações Financeiras, bem como de assegurar sua eficiência, eficácia e efetividade operacional na direção da tão almejada economicidade.

Desta forma, todo bom trabalho de auditoria deve iniciar-se pelo estudo e avaliação dos controles adotados pela Companhia, a fim de que com base no grau de credibilidade e segurança proporcionado por eles, possamos estabelecer a profundidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados bem como a ocasião mais propícia para sua aplicação.

2.3. ÁREAS DE MAIOR SUSCETIBILIDADE

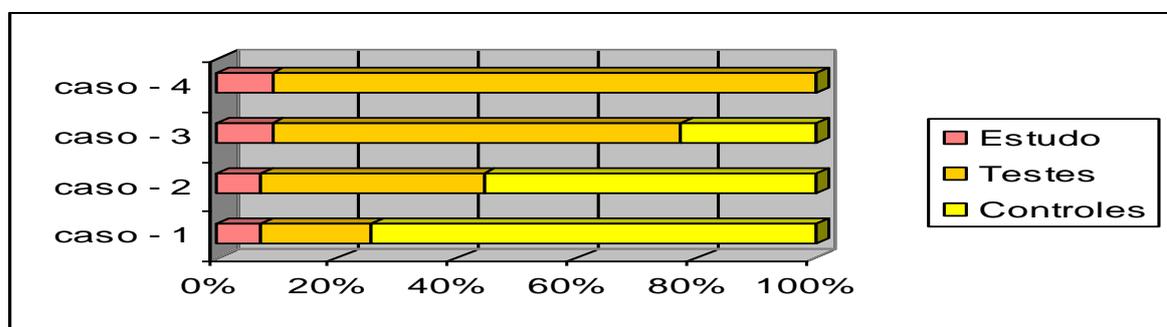
Este é o primeiro subproduto gerado pelo estudo e avaliação dos controles internos, e consistiu basicamente em uma relação contendo áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo de transações do ponto de vista de exposição ativa e passiva.

Todo o planejamento do trabalho e dos procedimentos de auditoria aplicados foi respaldado nestas áreas chaves, ou pontos de maior risco, visando à racionalização dos testes em prol do bom senso e esmero profissional que perseguimos.

2.4. AMPLITUDE DA AMOSTRAGEM

Os testes de amostragem são um conjunto de técnicas que nos permitem obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis sob exame e abrangem testes de observância e de substância, os quais foram aplicados de conformidade com os resultados do Estudo e Avaliação dos Controles Internos, de forma inversamente proporcional.

GRÁFICO DE ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS:



Assim sendo quanto maior o grau de credibilidade atribuído aos controles internos; menor foi a profundidade da amostragem efetuada, e vice-versa.

2.5. TIPOS DE TESTES IMPLEMENTADOS

⇒ Testes de Observância:

Os testes de observância visam à obtenção de uma razoável segurança de que os controles internos previamente estudados e avaliados estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e diretores da Companhia auditada.

⇒ Testes de Substância:

Os testes de substância nos permitem evidenciar a suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas, contábil e administrativo, os quais se subdividem em teste de transação e saldos, e procedimentos de revisão analítica.

2.6 BALANCETE ADAPTADO EM MATRIZ DE RISCO

A partir de uma análise da relevância dos saldos do balanço patrimonial levantado em 30/06/2023 sob exame, bem como da análise dos relatórios de auditorias anteriores, elegemos as áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo de transações, e de proporção dos saldos do ponto de vista de exposição ativa.

Tal procedimento resulta da análise vertical e horizontal procedida que apresentamos de forma sintética a seguir, visando à melhor elucidação das considerações tecidas acerca dos dados coligidos e consequentemente da “matriz de risco” considerada a partir de tais informações.

ATIVOS	SALDOS				Variação 2º TRI x 1º TRI 2023	
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
ATIVOS CIRCULANTE	340.117.166,32	60,76	401.403.278,73	72,05	-61.286.112,41	-15,27
Disponibilidades Financeiras	320.408.067,59	57,24	381.995.974,96	68,57	-61.587.907,37	-16,12
Bancos Conta Movimento	320.363.207,81	57,23	381.906.440,38	68,55	-61.543.232,57	-16,11
Bancos Adiantamentos para colaboradores	5.196,00	0,00	5.196,00	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Corrente vinculadas - Convênios Diversos	2.733,04	0,00	5.187,13	0,00	-2.454,09	-47,31
Bancos Conta Corrente vinculadas - Contratos Obras/FGTS CEF	36.930,74	0,01	79.151,45	0,01	-42.220,71	-53,34
Títulos e Valores Mobiliários	8.163.651,83	1,46	7.984.711,79	1,43	178.940,04	2,24
Aplicações Financeiras	2.888.614,29	0,52	2.799.219,42	0,50	89.394,87	3,19
Aplicações Financeiras vinculadas - Convênios Diversos	198.768,39	0,04	228.624,40	0,04	-29.856,01	-13,06
Aplicações Financeiras vinculadas a contratos Obras/FGTS CEF	5.074.830,46	0,91	4.955.451,31	0,89	119.379,15	2,41
Depósitos em Garantia	1.438,69	0,00	1.416,66	0,00	22,03	1,56
Clientes	413.690,35	0,07	442.609,06	0,08	-28.918,71	-6,53
Contas a Receber Operacionais	413.690,35	0,07	442.609,06	0,08	-28.918,71	-6,53
Adiantamentos Concedidos a Obras	10.002.080,36	1,79	10.002.080,36	1,80	0,00	0,00
Adiantamentos Concedidos a Obras	10.002.080,36	1,79	10.002.080,36	1,80	0,00	0,00
Antecipações a Empregados	932.090,15	0,17	423.095,37	0,08	508.994,78	120,30
Antecipações a Empregados	932.090,15	0,17	423.095,37	0,08	508.994,78	120,30
Adiantamento a Terceiros	0,00	0,00	393.500,51	0,07	-393.500,51	-100,00
Adiantamento a Terceiros	0,00	0,00	393.500,51	0,07	-393.500,51	-100,00
Tributos a Recuperar	118.122,79	0,02	53.065,91	0,01	65.056,88	122,60
Tributos Municipais e Federais	118.122,79	0,02	53.065,91	0,01	65.056,88	122,60
Despesas Antecipadas	4.969,16	0,00	465,10	0,00	4.504,06	968,41
Despesas Antecipadas	4.969,16	0,00	465,10	0,00	4.504,06	968,41
Estoques de Bens	74.494,09	0,01	107.775,67	0,02	-33.281,58	-30,88
Almoxarifado	74.494,09	0,01	107.775,67	0,02	-33.281,58	-30,88
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	219.640.605,34	39,24	155.713.332,14	27,95	63.927.273,20	41,05
Realizável a Longo Prazo	216.080.298,15	38,60	152.572.771,27	27,39	63.507.526,88	41,62
Devedores por Vendas Compromissadas	192.701,83	0,03	192.701,83	0,03	0,00	0,00
Devedores por Créditos Repassados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Unidades Residenciais Programas Governo Estado e Municípios	1.129.756,77	0,20	1.129.756,77	0,20	0,00	0,00
Terrenos Destinados Edificações ou Urbanização	2.317.691,73	0,41	2.317.691,73	0,42	0,00	0,00
Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos a Recuperar	1.338.513,42	0,24	1.299.360,14	0,23	39.153,28	3,01
Obras em Andamento - Programas Sociais	211.101.634,40	37,71	147.633.260,80	26,50	63.468.373,60	42,99
Imobilizado	3.077.433,59	0,55	2.573.818,97	0,46	503.614,62	19,57
Bens Tangíveis	5.609.945,02	1,00	4.936.426,82	0,89	673.518,20	13,64
(-) Depreciações Acumuladas	-2.532.511,43	-0,45	-2.362.607,85	-0,42	-169.903,58	7,19
Bens Intangíveis	482.873,60	0,09	566.741,90	0,10	-83.868,30	-14,80
Bens Intangíveis	1.167.544,36	0,21	1.167.544,36	0,21	0,00	0,00
(-) Amortizações Acumuladas	-684.670,76	-0,12	-600.802,46	-0,11	-83.868,30	13,96
TOTAL	559.757.771,66		557.116.610,87		2.641.160,79	0,47
PASSIVOS	SALDOS				Variação 2º TRI x 1º TRI 2023	
Especificação	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
PASSIVO CIRCULANTE	330.941.340,05	59,12	386.025.678,97	69,29	-55.084.338,92	-14,27
Obrigações de Curto Prazo	330.941.340,05	59,12	386.025.678,97	69,29	-55.084.338,92	-14,27
Obrigações Trabalhistas	68.418,80	0,01	28.485,39	0,01	39.933,41	140,19
Consignações sobre Folha de Pagamento	34.078,99	0,01	35.230,36	0,01	-1.151,37	-3,27
Obrigações Sociais	2.011.759,18	0,36	1.226.526,30	0,22	785.232,88	64,02
Obrigações Tributárias	379.545,70	0,07	43.178,05	0,01	336.367,65	779,02
Contas a Pagar	7.930.259,81	1,42	3.468.454,36	0,62	4.461.805,45	128,64
Tributos Parcelados	306.411,62	0,05	340.416,54	0,06	-34.004,92	-9,99
Provisões Trabalhistas	5.562.095,43	0,99	4.750.237,07	0,85	811.858,36	17,09
Subvenção Econômica a Realizar - Tesouro do Estado de Goiás	310.103.629,60	55,40	371.624.766,84	66,71	-61.521.137,24	-16,55
Caução a Restituir	1.438,69	0,00	1.416,66	0,00	22,03	1,56
Créditos para Recursos Vinculados	4.543.702,23	0,81	4.506.967,40	0,81	36.734,83	0,82
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	4.361.749,07	0,78	4.484.950,43	0,81	-123.201,36	-2,75
Exigível a Longo Prazo	4.361.749,07	0,78	4.484.950,43	0,81	-123.201,36	-2,75
Tributos Parcelados	8.788,40	0,00	79.943,59	0,01	-71.155,19	-89,01
Provisões para Contingências	4.352.960,67	0,78	4.405.006,84	0,79	-52.046,17	-1,18
TOTAL DO PASSIVO	335.303.089,12	59,90	390.510.629,40	70,09	-55.207.540,28	-14,14
Capital Social	187.256.418,03	33,45	187.256.418,03	33,61	0,00	0,00
Ações	187.256.418,03	33,45	187.256.418,03	33,61	0,00	0,00
Reservas	212.320.655,73	37,93	212.320.655,73	38,11	0,00	0,00
Reservas de Lucros	212.320.655,73	37,93	212.320.655,73	38,11	0,00	0,00
Resultado de Apuração	-175.122.391,22	-31,29	-232.971.092,29	-41,82	57.848.701,07	-24,83
Resultado de Apuração	-175.122.391,22	-31,29	-232.971.092,29	-41,82	57.848.701,07	-24,83
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	224.454.682,54	40,10	166.605.981,47	29,91	57.848.701,07	34,72
TOTAL	559.757.771,66		557.116.610,87		2.641.160,79	0,47

2.6.1 RISCO POR RELEVÂNCIA HORIZONTAL

Referida análise visa explicar a variação percentual positiva de **0,47%** verificada nos saldos do Ativo e no Passivo, que perfaz um aumento patrimonial de **R\$ 2.641.160,79**, ocorrida entre os períodos do 2º trimestre e do 1º trimestre de 2023 propiciando, assim, analisarmos a relevância de cada saldo a partir do volume monetário transacionado em cada rubrica, no período sob exame.

ATIVOS	Variação 2º TRI x 1º TRI 2023		RISCO DE VARIAÇÃO
	R\$	A/H (%)	
ATIVOS CIRCULANTES	-61.286.112,41	-15,27	Relativo
Disponibilidades Financeiras	-61.587.907,37	-16,12	Relativo
Bancos Conta Movimento	-61.543.232,57	-16,11	Relativo
Bancos Adiantamentos para colaboradores	0,00	0,00	Nula
Bancos Conta Corrente vinculadas - Convênios Diversos	-2.454,09	-47,31	Alto
Bancos Conta Corrente vinculadas - Contratos Obras/FGTS CEF	-42.220,71	-53,34	Alto
Títulos e Valores Mobiliários	178.940,04	2,24	Baixo
Aplicações Financeiras	89.394,87	3,19	Baixo
Aplicações Financeiras vinculadas - Convênios Diversos	-29.856,01	-13,06	Relativo
Aplicações Financeiras vinculadas a contratos Obras/FGTS CEF	119.379,15	2,41	Baixo
Depósitos em Garantia	22,03	1,56	Baixo
Clientes	-28.918,71	-6,53	Baixo
Contas a Receber Operacionais	-28.918,71	-6,53	Baixo
Adiantamentos Concedidos a Obras	0,00	0,00	Nula
Adiantamentos Concedidos a Obras	0,00	0,00	Nula
Antecipações a Empregados	508.994,78	120,30	Alto
Antecipações a Empregados	508.994,78	120,30	Alto
Adiantamento a Terceiros	-393.500,51	-100,00	Alto
Adiantamento a Terceiros	-393.500,51	-100,00	Alto
Tributos a Recuperar	65.056,88	122,60	Alto
Tributos Municipais e Federais	65.056,88	122,60	Alto
Despesas Antecipadas	4.504,06	968,41	Alto
Despesas Antecipadas	4.504,06	968,41	Alto
Estoques de Bens	-33.281,58	-30,88	Alto
Almoxarifado	-33.281,58	-30,88	Alto
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	63.927.273,20	41,05	Alto
Realizável a Longo Prazo	63.507.526,88	41,62	Alto
Devedores por Vendas Compromissadas	0,00	0,00	Nula
Devedores por Créditos Repassados	0,00	0,00	Nula
Unidades Residenciais Programas Governo Estado e Municípios	0,00	0,00	Nula
Terrenos Destinados Edificações ou Urbanização	0,00	0,00	Nula
Depósitos Judiciais	0,00	0,00	Nula
Tributos a Recuperar	39.153,28	3,01	Baixo
Obras Em Andamento - Programas Sociais	63.468.373,60	42,99	Alto
Imobilizado	503.614,62	19,57	Relativo
Bens Tangíveis	673.518,20	13,64	Relativo
(-) Depreciações Acumuladas	-169.903,58	7,19	Baixo
Bens Intangíveis	-83.868,30	-14,80	Relativo
Bens Intangíveis	0,00	0,00	Nula
(-) Amortizações Acumuladas	-83.868,30	13,96	Relativo
TOTAL	2.641.160,79	0,47	
PASSIVOS	Variação 2º TRI x 1º TRI 2023	RISCO DE VARIAÇÃO	
Passivos Circulantes	-55.084.338,92	-14,27	Relativo
Obrigações de Curto Prazo	-55.084.338,92	-14,27	Relativo
Obrigações Trabalhistas	39.933,41	140,19	Alto
Consignações sobre Folha de Pagamento	-1.151,37	-3,27	Baixo
Obrigações Sociais	785.232,88	64,02	Alto
Obrigações Tributárias	336.367,65	779,02	Alto
Contas a Pagar	4.461.805,45	128,64	Alto
Tributos Parcelados	-34.004,92	-9,99	Baixo
Provisões Trabalhistas	811.858,36	17,09	Relativo
Subvenção Econômica a Realizar - Tesouro do Estado de Goiás	-61.521.137,24	-16,55	Relativo
Caução a Restituir	22,03	1,56	Baixo
Créditos para Recursos Vinculados	36.734,83	0,82	Baixo
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	-123.201,36	-2,75	Baixo
Exigível a Longo Prazo	-123.201,36	-2,75	Baixo
Tributos Parcelados	-71.155,19	-89,01	Alto
Provisões para Contingências	-52.046,17	-1,18	Baixo
TOTAL DO PASSIVO	-55.207.540,28	-14,14	Relativo
Capital Social	0,00	0,00	Nulo
Ações	0,00	0,00	Nulo
Reservas	0,00	0,00	Nulo
Reservas de Lucros	0,00	0,00	Nulo
Resultado de Apuração	57.848.701,07	-24,83	Alto
Resultado de Apuração	57.848.701,07	-24,83	Alto
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	57.848.701,07	34,72	Alto
TOTAL	2.641.160,79	0,47	

2.6.2 RISCO POR RELEVÂNCIA VERTICAL

Precitada análise é uma ferramenta útil ao conhecimento da relevância decorrente da composição e da exposição da proporção dos itens considerados individualmente em relação a seu todo, nesse caso chamamos exposição ativa. Neste diapasão depreende-se a seguinte posição:

ATIVO	SALDOS		RISCO DE EXPOSIÇÃO
Especificação	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	< A/V >
ATIVO CIRCULANTE	340.117.166,32	60,76	Alto
Disponibilidades Financeiras	320.408.067,59	57,24	Alto
Bancos Conta Movimento	320.363.207,81	57,23	Alto
Bancos Adiantamentos para colaboradores	5.196,00	0,00	Baixo
Bancos Conta Corrente vinculadas - Convênios Diversos	2.733,04	0,00	Baixo
Bancos Conta Corrente vinculadas - Contratos Obras/FGTS CEF	36.930,74	0,01	Baixo
Títulos e Valores Mobiliários	8.163.651,83	1,46	Baixo
Aplicações Financeiras	2.888.614,29	0,52	Baixo
Aplicações Financeiras vinculadas - Convênios Diversos	198.768,39	0,04	Baixo
Aplicações Financeiras vinculadas a contratos Obras/FGTS CEF	5.074.830,46	0,91	Baixo
Depósitos em Garantia	1.438,69	0,00	Baixo
Clientes	413.690,35	0,07	Baixo
Contas a Receber Operacionais	413.690,35	0,07	Baixo
Adiantamentos Concedidos a Obras	10.002.080,36	1,79	Baixo
Adiantamentos Concedidos a Obras	10.002.080,36	1,79	Baixo
Antecipações a Empregados	932.090,15	0,17	Baixo
Antecipações a Empregados	932.090,15	0,17	Baixo
Adiantamento a Terceiros	0,00	0,00	Nulo
Adiantamento a Terceiros	0,00	0,00	Nulo
Tributos a Recuperar	118.122,79	0,02	Baixo
Tributos Municipais e Federais	118.122,79	0,02	Baixo
Despesas Antecipadas	4.969,16	0,00	Baixo
Despesas Antecipadas	4.969,16	0,00	Baixo
Estoques de Bens	74.494,09	0,01	Baixo
Almoxarifado	74.494,09	0,01	Baixo
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	219.640.605,34	39,24	Alto
Realizável a Longo Prazo	216.080.298,15	38,60	Alto
Devedores por Vendas Compromissadas	192.701,83	0,03	Baixo
Devedores por Créditos Repassados	0,00	0,00	Nulo
Unidades Residenciais Programas Governo Estado e Municípios	1.129.756,77	0,20	Baixo
Terrenos Destinados Edificações ou Urbanização	2.317.691,73	0,41	Baixo
Depósitos Judiciais	0,00	0,00	Nulo
Tributos a Recuperar	1.338.513,42	0,24	Baixo
Obras Em Andamento - Programas Sociais	211.101.634,40	37,71	Alto
Imobilizado	3.077.433,59	0,55	Baixo
Bens Tangíveis	5.609.945,02	1,00	Baixo
(-) Depreciações Acumuladas	-2.532.511,43	-0,45	Baixo
Bens Intangíveis	482.873,60	0,09	Baixo
Bens Intangíveis	1.167.544,36	0,21	Baixo
(-) Amortizações Acumuladas	-684.670,76	-0,12	Baixo
TOTAL	559.757.771,66		
PASSIVO	SALDOS		RISCO DE EXPOSIÇÃO
Especificação	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	< A/V >
PASSIVO CIRCULANTE	330.941.340,05	59,12	Alto
Obrigações de Curto Prazo	330.941.340,05	59,12	Alto
Obrigações Trabalhistas	68.418,80	0,01	Baixo
Consignações sobre Folha de Pagamento	34.078,99	0,01	Baixo
Obrigações Sociais	2.011.759,18	0,36	Baixo
Obrigações Tributárias	379.545,70	0,07	Baixo
Contas a Pagar	7.930.259,81	1,42	Baixo
Tributos Parcelados	306.411,62	0,05	Baixo
Provisões Trabalhistas	5.562.095,43	0,99	Baixo
Subvenção Econômica a Realizar - Tesouro do Estado de Goiás	310.103.629,60	55,40	Alto
Caução a Restituir	1.438,69	0,00	Baixo
Créditos para Recursos Vinculados	4.543.702,23	0,81	Baixo
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	4.361.749,07	0,78	Baixo
Exigível a Longo Prazo	4.361.749,07	0,78	Baixo
Tributos Parcelados	8.788,40	0,00	Baixo
Provisões para Contingências	4.352.960,67	0,78	Baixo
TOTAL DO PASSIVO	335.303.089,12	59,90	Alto
Capital Social	187.256.418,03	33,45	Alto
Ações	187.256.418,03	33,45	Alto
Reservas	212.320.655,73	37,93	Alto
Reservas de Lucros	212.320.655,73	37,93	Alto
Resultado de Apuração	-175.122.391,22	-31,29	Alto
Resultado de Apuração	-175.122.391,22	-31,29	Alto
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	224.454.682,54	40,10	Alto
TOTAL	559.757.771,66		

2.6.3 MATRIZ DE RISCO PONDERADA

Da exegese dos dados apresentados nas análises supracitadas, temos informações essenciais para a ponderação do chamado risco relativo de auditoria, no qual se percebe a seguinte posição.

ATIVO	RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
Especificação	< A/V >	< A/H >
ATIVO CIRCULANTE	Alto	Relativo
Disponibilidades Financeiras	Alto	Relativo
Bancos Conta Movimento	Alto	Relativo
Bancos Adiantamentos para colaboradores	Baixo	Nula
Bancos Conta Corrente vinculadas - Convênios Diversos	Baixo	Alto
Bancos Conta Corrente vinculadas - Contratos Obras/FGTS CEF	Baixo	Alto
Títulos e Valores Mobiliários	Baixo	Baixo
Aplicações Financeiras	Baixo	Baixo
Aplicações Financeiras vinculadas - Convênios Diversos	Baixo	Relativo
Aplicações Financeiras vinculadas a contratos Obras/FGTS CEF	Baixo	Baixo
Depósitos em Garantia	Baixo	Baixo
Clientes	Baixo	Baixo
Contas a Receber Operacionais	Baixo	Baixo
Adiantamentos Concedidos a Obras	Baixo	Nula
Adiantamentos Concedidos a Obras	Baixo	Nula
Antecipações a Empregados	Baixo	Alto
Antecipações a Empregados	Baixo	Alto
Adiantamento a Terceiros	Nulo	Alto
Adiantamento a Terceiros	Nulo	Alto
Tributos a Recuperar	Baixo	Alto
Tributos Municipais e Federais	Baixo	Alto
Despesas Antecipadas	Baixo	Alto
Despesas Antecipadas	Baixo	Alto
Estoques de Bens	Baixo	Alto
Almoxarifado	Baixo	Alto
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	Alto	Alto
Realizável a Longo Prazo	Alto	Alto
Devedores por Vendas Compromissadas	Baixo	Nula
Devedores por Créditos Repassados	Nulo	Nula
Unidades Residenciais Programas Governo Estado e Municípios	Baixo	Nula
Terrenos Destinados Edificações ou Urbanização	Baixo	Nula
Depósitos Judiciais	Nulo	Nula
Tributos a Recuperar	Baixo	Baixo
Obras Em Andamento - Programas Sociais	Alto	Alto
Imobilizado	Baixo	Relativo
Bens Tangíveis	Baixo	Relativo
(-) Depreciações Acumuladas	Baixo	Baixo
Bens Intangíveis	Baixo	Relativo
Bens Intangíveis	Baixo	Nula
(-) Amortizações Acumuladas	Baixo	Relativo
TOTAL		
PASSIVO	RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
Especificação	< A/V >	< A/H >
PASSIVO CIRCULANTE	Alto	Relativo
Obrigações de Curto Prazo	Alto	Relativo
Obrigações Trabalhistas	Baixo	Alto
Consignações sobre Folha de Pagamento	Baixo	Baixo
Obrigações Sociais	Baixo	Alto
Obrigações Tributárias	Baixo	Alto
Contas a Pagar	Baixo	Alto
Tributos Parcelados	Baixo	Baixo
Provisões Trabalhistas	Baixo	Relativo
Subvenção Econômica a Realizar - Tesouro do Estado de Goiás	Alto	Relativo
Caução a Restituir	Baixo	Baixo
Créditos para Recursos Vinculados	Baixo	Baixo
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	Baixo	Baixo
Exigível a Longo Prazo	Baixo	Baixo
Tributos Parcelados	Baixo	Alto
Provisões para Contingências	Baixo	Baixo
TOTAL DO PASSIVO	Alto	Relativo
Capital Social	Alto	Nulo
Ações	Alto	Nulo
Reservas	Alto	Nulo
Reservas de Lucros	Alto	Nulo
Resultado de Apuração	Alto	Alto
Resultado de Apuração	Alto	Alto
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Alto	Alto
TOTAL		

A partir dessa Matriz de Risco é que efetuamos todo o planejamento do trabalho, procedendo ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, analisando sua eficiência e efetividade, para que com base no grau de credibilidade atribuído em cada situação, possamos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade da população amostral para aplicação dos procedimentos de auditoria apropriados e aderentes a cada caso.

3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS

3.1. ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante representa **61%** do saldo total do ativo, recebendo atributo de “risco alto” sob o ponto de vista de exposição ativa, apresentando uma variação negativa de **(R\$ 61.286.112,41)** equivalentes a **15,27%** de decréscimo em relação ao exercício anterior, portanto apresentando um “risco relativo”, do ponto de variação patrimonial.

Referido grupo do ativo, congrega os seguintes subgrupos:

Especificação	SALDOS				Variação 2º TRI x 1º TRI 2023	
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
ATIVO CIRCULANTE	340.117.166,32	60,76	401.403.278,73	72,05	-61.286.112,41	-15,27
Disponibilidades Financeiras	320.408.067,59	57,24	381.995.974,96	68,57	-61.587.907,37	-16,12
Bancos Conta Movimento	320.363.207,81	57,23	381.906.440,38	68,55	-61.543.232,57	-16,11
Bancos Adiantamentos para colaboradores	5.196,00	0,00	5.196,00	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Corrente vinculadas - Convênios Diversos	2.733,04	0,00	5.187,13	0,00	-2.454,09	-47,31
Bancos Conta Corrente vinculadas - Contratos Obras/FGTS CEF	36.930,74	0,01	79.151,45	0,01	-42.220,71	-53,34
Títulos e Valores Mobiliários	8.163.651,83	1,46	7.984.711,79	1,43	178.940,04	2,24
Aplicações Financeiras	2.888.614,29	0,52	2.799.219,42	0,50	89.394,87	3,19
Aplicações Financeiras vinculadas - Convênios Diversos	198.768,39	0,04	228.624,40	0,04	-29.856,01	-13,06
Aplicações Financeiras vinculadas a contratos Obras/FGTS CEF	5.074.830,46	0,91	4.955.451,31	0,89	119.379,15	2,41
Depósitos em Garantia	1.438,69	0,00	1.416,66	0,00	22,03	1,56
Clientes	413.690,35	0,07	442.609,06	0,08	-28.918,71	-6,53
Contas a Receber Operacionais	413.690,35	0,07	442.609,06	0,08	-28.918,71	-6,53
Adiantamentos Concedidos a Obras	10.002.080,36	1,79	10.002.080,36	1,80	0,00	0,00
Adiantamentos Concedidos a Obras	10.002.080,36	1,79	10.002.080,36	1,80	0,00	0,00
Antecipações a Empregados	932.090,15	0,17	423.095,37	0,08	508.994,78	120,30
Antecipações a Empregados	932.090,15	0,17	423.095,37	0,08	508.994,78	120,30
Adiantamento a Terceiros	0,00	0,00	393.500,51	0,07	-393.500,51	-100,00
Adiantamento a Terceiros	0,00	0,00	393.500,51	0,07	-393.500,51	-100,00
Tributos a Recuperar	118.122,79	0,02	53.065,91	0,01	65.056,88	122,60
Tributos Municipais e Federais	118.122,79	0,02	53.065,91	0,01	65.056,88	122,60
Despesas Antecipadas	4.969,16	0,00	465,10	0,00	4.504,06	968,41
Despesas Antecipadas	4.969,16	0,00	465,10	0,00	4.504,06	968,41
Estoques de Bens	74.494,09	0,01	107.775,67	0,02	-33.281,58	-30,88
Almoxarifado	74.494,09	0,01	107.775,67	0,02	-33.281,58	-30,88

3.1.1. DISPONIBILIDADES

O grupo congrega as contas representativas de meio-circulantes em forma pecuniária. É composto pelos recursos próprios da Companhia, oriundos da arrecadação mensal de mutuários e da comercialização de áreas; e pelas contas correntes vinculadas a contratos firmados com a Caixa Econômica Federal, o Governo do Estado e outras entidades.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

O estudo e avaliação que efetuamos na movimentação dos bancos, ficou adstrito aos controles internos na área contábil e na validação dos referidos saldos. Dentre os principais procedimentos aplicados, destaca-se o exame da conciliação mensal em contraposição à movimentação ocorrida por meio dos extratos bancários em cotejados com o razão contábil.

✓ **Constatações**

Os valores de Caixa e Equivalentes de caixa consistem em numerários em poder dos bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata e que apresentam riscos insignificantes de mudança de valor.

O exame efetuado nas conciliações de 30/06/2023 constatou que todas as contas bancárias estão sendo conciliadas mensalmente e que os saldos registrados nas Demonstrações Contábeis estão devidamente comprovados por extratos bancários oficiais.

- ✓ **Opinião**
Os controles internos aderentes aos saldos mantidos no Disponível são consubstanciados por meio das conciliações bancárias efetuadas adequadamente, e nos pareceram suficientes para salvaguardar tais ativos demonstrando-os, após conciliados, com exatidão nas demonstrações contábeis.
- ✓ **Recomendação de Aprimoramento**
Recomenda-se a análise contínua das posições de investimentos e dos desempenhos dos produtos aplicados em contraposição às alternativas no mercado com mesmo grau de risco. Atendendo a política interna de risco/retorno da entidade sobre as aplicações financeiras.

3.1.2 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

- ✓ **Procedimentos de Auditoria**
Confrontamos de modo comparativo os valores do 2º trimestre de 2023 e o 1º trimestre de 2023, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos operacionais, visto que referida conta contabiliza importantes operações vinculadas à Recursos Financeiros Realizáveis.
- ✓ **Constatações**
Os valores das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas Demonstrações Financeiras por estarem atreladas à variação de aplicações de fundo de rendimentos específicos com rentabilidade pós-fixada verificada mensalmente através dos extratos confirmatórios de rendimentos apresentados pelas instituições financeiras.
- ✓ **Recomendação de Aprimoramento**
Recomenda-se a análise contínua das posições de investimentos e dos desempenhos dos produtos aplicados em contraposição às alternativas no mercado com mesmo grau de risco. Atendendo a política interna de risco/retorno da entidade sobre as aplicações financeiras.

3.1.3 CLIENTES

O grupo congrega as contas representativas de bens e direitos conversíveis em meios circulantes, em prazo não superior ao final do exercício seguinte, apresenta uma exposição patrimonial ativa de **0,07%**, e registra uma variação negativa de **R\$ 28.918,71** equivalentes a um decréscimo de **6,53%** em relação ao exercício anterior.

- ✓ **Procedimentos de Auditoria**
Confrontamos de modo comparativo os valores entre os períodos do 2º trimestre de 2023 e o 1º trimestre de 2023, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos operacionais, visto que o referido Grupo contabiliza importantes operações vinculadas à Recursos Financeiros a Receber.

✓ **Constatações**

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Contas a Receber Operacionais	R\$ 413.690,35	R\$ 360.453,15	R\$ 90.252,79
Prestações a receber Conjuntos e Loteamentos (a)	R\$ 575.460,43	R\$ 592.049,50	R\$ 581.538,17
Secretaria da Economia do Estado de Goiás (b)	R\$ 364.723,60	R\$ 280.507,91	R\$ -
Tesouro Estado de Goiás (c)	R\$ 4.501,54	R\$ 4.793,76	R\$ 21.859,52
(-) Perdas com créditos de Liquidação Duvidosa (d)	-R\$ 530.995,22	-R\$ 516.898,02	-R\$ 513.144,90

a) Refere-se às Prestações a receber dos bens imóveis comercializados no Conjunto Habitacional Parque Atheneu, Acalanto, Vila Sol Dourado e Vera Cruz, conforme Ata AGE nº 75ª de 29/01/2010.

a.1 As amortizações das parcelas são calculadas pelo Sistema Tabela Price.

a.2 Os juros incidentes sobre as parcelas do preço, serão calculadas sobre o saldo devedor na razão de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês.

a.3 A atualização monetária sobre o saldo devedor, será sempre calculada mensalmente, tomando por base o índice de reajuste da Taxa Referencial (TR), ou outro que venha substituí-lo, por decisão governamental.

a.4 O valor da dívida vencida, atualizada monetariamente até o próximo aniversário do contrato, acrescida de ônus adicional à taxa que vigorar na data do pagamento, de acordo com regulamentação do BACEN, sendo juros contratuais de 5% a 6%.

b) Refere-se Prestação de Serviço de Gestão da Carteira Habitacional do Estado de Goiás, Nota Fiscal 6319 emitida em 29/06/2023 para Secretaria de Estado da Economia recebida dia 12/07/2023 no valor líquido de R\$ 364.723,60 (Trezentos e sessenta e quatro mil, setecentos e vinte e três reais e sessenta centavos).

c) Refere-se aos valores emitidos através de Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais (Dare) referente Taxas expediente no valor de R\$ 2.750,00 e Prestações dos Contratos no valor de R\$ 1.751,54 recebidos em 06/07/2023.

d) A provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa, referente aos títulos vencidos a mais de 180 dias. A administração da Agência Goiana de Habitação S/A optou pela não execução judiciais dos mutuários, ocorrendo renegociações individuais, sendo assim a forma de provisão de liquidação duvidosa considerada são os títulos vencidos a mais de 180 dias utilizando o método fiscal.

Saldo em 30/06/2022	R\$	513.144,90
(+) Provisões realizadas	R\$	50.507,83
(-) Reversão de Provisões	R\$	32.657,51
Saldo em 30/06/2023	R\$	530.995,22

✓ **Opinião**

Os controles internos conectados aos saldos das contas representativas de “Clientes”, atendem às necessidades operacionais da Companhia, e nos pareceram suficientes para registro e controle de tais créditos demonstrando-os com exatidão nas demonstrações contábeis.

3.1.4 ADIANTAMENTO CONCEDIDOS A OBRAS ADMINISTRADAS

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Obtivemos as planilhas e Relatórios Sintéticos dos Adiantamentos Concedidos a Obras Administradas. As referidas planilhas nos subsidiaram no estudo da evolução das aludidas contas, tendo por objetivo atenuar os riscos das operações, uma vez que o referido Grupo contabiliza importantes operações vinculadas à Recursos Financeiros a Receber.

✓ **Constatações**

Os adiantamentos concedidos a obras administradas pela AGEHAB, são oriundos de repasse efetuados através de recursos próprios (AGEHAB) para as contas correntes das obras vinculadas a convênio CEF/FGTS e obras diretas para subsidiar serviços, materiais, salários, impostos e outros custos aplicados na construção das unidades habitacionais.

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Adiantamentos Concedidos a Obras	R\$ 10.002.080,36	R\$ 10.002.080,36	R\$ 10.002.080,36
Empréstimo - João Paulo II - 1ª e 2ª Etapa	R\$ 7.418.857,36	R\$ 7.418.857,36	R\$ 7.418.857,36
Empréstimo - Água Fria - II Etapa	R\$ 1.428.591,90	R\$ 1.428.591,90	R\$ 1.428.591,90
Empréstimo - Real Conquista	R\$ 225.416,51	R\$ 225.416,51	R\$ 225.416,51
Empréstimo - Damianópolis - Setor Aeroporto	R\$ 929.214,59	R\$ 929.214,59	R\$ 929.214,59

a) Os valores contabilizados em Adiantamento de Obras são oriundos da utilização do recurso próprio da AGEHAB em períodos anteriores (Integralização de Capital) para pagamento das medições para não ocorrer atrasos, até a liberação do RECURSO/FGTS.

b) Considerando que nos termos de Cooperação e Parceira CAIXA menciona que na cláusula terceira – DOS RECURSOS – Os recursos a serem utilizados para consecução do objeto deste Termo são provenientes de linhas de financiamento com recursos do FGTS- Fundo de Garantia por Termo de Serviço e recursos próprios da Entidade Organizadora, a título de contrapartida, representados pelo aporte de recursos financeiros, bens e/ou serviços para produção de unidades habitacionais.

c) A AGEHAB tem previsão legal para utilização do RECURSO PRÓPRIO para custear o término das obras, após do término definitivo das obras principalmente nos encerramentos das contas correntes, ocorrerá as devidas compensações das sobras dos saldos financeiros com os valores contabilizados em adiantamentos.

✓ **Opinião**

Os controles internos existente nos pareceram suficientes para mitigar os riscos relacionados à conta Adiantamentos Concedidos a Obras Administradas. Todavia, recomendamos que sejam desprendidos esforços para que as devidas compensações sejam feitas ao término das obras, dessa forma, não comprometendo a continuidade das atividades da Companhia.

3.1.5 TRIBUTOS A RECUPERAR

Os valores dos Tributos passíveis de compensação, sejam por recolhimentos na fonte, valores pagos indevidamente ou a maior, são contabilizados em contas do ativo, com correspondente atualização, de acordo com a legislação pertinente. Importante manter controle quanto à prescritebilidade desses valores a fim de que não se perca o direito de compensá-los dos valores a recolher, ou que os valores sejam baixados do ativo, caso vençam. O controle sobre a prescritebilidade dos créditos visa, ainda, a evitar a compensação indevida de créditos já prescritos.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Analisamos as planilhas auxiliares mantidas pela Célula de Contabilidade para controles dos créditos a recuperar. Tais planilhas servem de subsídio aos lançamentos contábeis mensais relacionados à apuração de impostos e como fonte de informação para elaboração da Escrituração Fiscal Digital EFD – Contribuições. Realizamos o teste no subgrupo, demonstrando propriedade nos saldos apresentados.

✓ **Constatações**

Constatamos que se refere ao Saldo Negativo do Imposto de Renda oriundo de IRRF sobre Contas de Investimento e IRRF Retido da nota fiscal emitida para Secretaria de Estado da Economia.

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Tributos Municipais e Federais	R\$ 118.122,79	R\$ 647.530,20	R\$ 563.030,32
IRRF sobre Aplicação Financeira/Poupança (a)	R\$ 73.830,92	R\$ 557.833,82	R\$ 502.372,98
IRRF Sobre Serviços Prestado (b)	R\$ 32.404,98	R\$ 54.001,56	R\$ 27.000,78
Parcelamento INSS Pago indevidamente (c)	R\$ 11.886,89	R\$ 11.886,89	R\$ 11.886,89
IRRF Sobre Adiantamento de Férias (d)	R\$ -	R\$ 23.807,93	R\$ 21.769,67

a) Refere-se Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) das Contas Investimentos.

Conta Aplicação 341/4423/3539-5	R\$ 0,01
Conta Aplicação 301997-8 Parque Atheneu FI Safira	R\$ 26.285,67
Conta 39-7 Poupança FCVS	R\$ 855,41
Conta 40-0 Poupança Empreendimentos	R\$ 3.493,42
Conta 41-9 Poupança Real Conquista	R\$ 2.262,52
Conta 42-7 Poupança Damianópolis	R\$ 3.596,58
Conta 43-5 Poupança Água Fria	R\$ 5.909,29
Conta 44-3 João Paulo	R\$ 16.937,84
Conta João Paulo II 1625-4 FIC Fácil simples	R\$ 14.484,04
Conta 282-2 Gestão Condominial	R\$ 6,14
TOTAL	R\$ 73.830,92

b) Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre Serviço Prestado os serviços Prestados da Carteira Habitacional do Estado de Goiás.

Data	Documento	Valor
30/1/23	Nota Fiscal 6134	R\$ 4.500,13
27/2/23	Nota Fiscal 6176	R\$ 4.500,13
30/3/23	Nota Fiscal 6195	R\$ 5.851,18
28/4/23	Nota Fiscal 6220	R\$ 5.851,18
30/5/23	Nota Fiscal 6278	R\$ 5.851,18
29/6/23	Nota Fiscal 6319	R\$ 5.851,18
TOTAL		R\$ 32.404,98

c) O valor de R\$ 11.886,89, o crédito foi deferido através do Processo Administrativo 10120.731344/2019-70 e Perd/Comp nº 32151.59986.230123.1.2.16-0006 e o Saldo Negativo do Exercício Social de 2022 no total de R\$ 611.835,38 status de em análise.

Informações da Declaração

 Data de Transmissão
 23/01/2023

 Número do PER/DCOMP
 32151.59986.230123.1.2.16-0006

 Número do Recibo
 3503615031

Imprimir Recibo


Identificação do Documento

 Tipo de Documento
 Pedido de Restituição

 Tipo de Crédito
 Contribuição Previdenciária Indevida ou a Maior

 Detalhamento do Crédito
 O crédito já foi detalhado em Processo Administrativo

 Apelido para Identificação do Documento
 RECOLHIMENTO INDEVIDO DA 1ª PARCELA DO PARCELAMENTO ORDINARIO DO INSS

Informações da Declaração

 Data de Transmissão
 28/06/2023

 Número do PER/DCOMP
 25026.21614.280623.1.2.02-2901

 Número do Recibo
 1424081363

Imprimir Recibo


Identificação do Documento

 Tipo de Documento
 Pedido de Restituição

 Tipo de Crédito
 Saldo Negativo de IRPJ

 Detalhamento do Crédito
 O crédito será detalhado neste documento

 Apelido para Identificação do Documento
 SALDO NEGATIVO DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2022

Informações do Crédito

 Detentor do Crédito
 Crédito apurado pelo próprio contribuinte

 CNPJ do Detentor do Crédito
 01.274.240/0001-47

 Número do Processo Administrativo
 10120.731344/2019-70

Documento de Arrecadação

 Modelo do Documento de Arrecadação
 GPS - Guia de Recolhimento da Previdência Social

Informações do Crédito

 Detentor do Crédito
 Crédito apurado pelo próprio contribuinte

 CNPJ do Detentor do Crédito
 01.274.240/0001-47

 Forma de Tributação do Lucro
 Lucro Real

 Forma de Apuração
 Anual

 Período de Apuração
 2023

 Data Inicial do Período
 01/01/2022

 Data Final do Período
 31/12/2022

d) Refere-se ao Imposto de Renda sobre férias recolhidos na competência do pagamento e serão descontados dos servidores nos respectivos períodos de gozo.

✓ **Opinião**

Por se tratar de assunto crítico, envolvendo apuração de impostos e contribuições a serem pagos à Receita Federal do Brasil, recomendamos a manutenção da conciliação das informações e o aprimoramento de controles efetivos visando à correção das informações declaradas a fim de evitar possível sonegação fiscal.

3.1.6 ESTOQUES

Trata-se de materiais destinados a consumo interno, como material de expediente, material de informática, dentre outros.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Não acompanhamos o inventário físico alusivo aos estoques, aplicamos procedimentos alternativos preconizados na NBC TA 501, mediante revisão e regressão contábil dos saldos, analisando as entradas e as saídas bem como a existência física dos referidos produtos.

✓ **Constatações**

Parte dos Bens de Consumo existentes no Almoxarifado da Companhia foram inventariados por Comissão designada através de Portaria da Diretoria Executiva Nº 85, de 11 de outubro de 2022, sem que fossem apontadas divergências entre os saldos contábeis e o Relatório de Inventário do Almoxarifado, conforme Relatório de Bens de Consumo do Almoxarifado e Declaração de Regularidade do Inventário de Estoque do dia 28 de dezembro de 2022.

✓ **Opinião**

Embora a comissão inventariante seja referente ao período findo em 31/12/2022, atendendo a Resolução nº 05/2018 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Os controles internos existente nos pareceram suficientes para mitigar os riscos relacionados à gestão do Almoxarifado da Companhia.

3.2. ATIVO NÃO CIRCULANTE

Referido grupo congrega as contas cuja realização é de lenta conversão, ou que registram bens destinados à operacionalização e consecução dos objetivos da entidade. Aludido grupo surgiu com o advento da Lei nº 11.638/07 e MP nº 499 já convertida na Lei nº 10.842/09. Precitado grupo representa **39,24%** da exposição ativa da AGEHAB, apresentando um aumento de **R\$ 63.927.273,20** em relação ao exercício anterior, recebendo atributo de risco alto na “matriz de risco” que elaboramos no planejamento da auditoria.

Apresentamos adiante a composição do saldo:

ATIVOS	SALDOS				Variação 2º TRI x 1º TRI 2023	
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	219.640.605,34	39,24	155.713.332,14	27,95	63.927.273,20	41,05
Realizável a Longo Prazo	216.080.298,15	38,60	152.572.771,27	27,39	63.507.526,88	41,62
Devedores por Vendas Compromissadas	192.701,83	0,03	192.701,83	0,03	0,00	0,00
Devedores por Créditos Repassados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Unidades Residenciais Programas Governo Estado e Municípios	1.129.756,77	0,20	1.129.756,77	0,20	0,00	0,00
Terrenos Destinados Edificações ou Urbanização	2.317.691,73	0,41	2.317.691,73	0,42	0,00	0,00
Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos a Recuperar	1.338.513,42	0,24	1.299.360,14	0,23	39.153,28	3,01
Obras Em Andamento - Programas Sociais	211.101.634,40	37,71	147.633.260,80	26,50	63.468.373,60	42,99
Imobilizado	3.077.433,59	0,55	2.573.818,97	0,46	503.614,62	19,57
Bens Tangíveis	5.609.945,02	1,00	4.936.426,82	0,89	673.518,20	13,64
(-) Depreciações Acumuladas	-2.532.511,43	-0,45	-2.362.607,85	-0,42	-169.903,58	7,19
Bens Intangíveis	482.873,60	0,09	566.741,90	0,10	-83.868,30	-14,80
Bens Intangíveis	1.167.544,36	0,21	1.167.544,36	0,21	0,00	0,00
(-) Amortizações Acumuladas	-684.670,76	-0,12	-600.802,46	-0,11	-83.868,30	13,96

3.2.1. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

O saldo do grupo refere-se a Valores a receber dos mutuários, mantidos pela Companhia para fins de construção de habitações visando ao desenvolvimento e manutenção de programas habitacionais desenvolvidos pelo Governo do Estado de Goiás, seja para fins de comercialização ou remanejamentos.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Obtivemos as planilhas e Relatórios Sintéticos do grupo Realizável a Longo Prazo. As planilhas nos subsidiaram no estudo da evolução das aludidas contas, tendo por objetivo atenuar os riscos das operações, uma vez que o referido Grupo contabiliza importantes operações vinculadas à Recursos Financeiros a Receber.

✓ **Constatações**

Devedores por Vendas Compromissadas - Refere-se a Prestações a receber dos bens imóveis comercializados no Conjunto Habitacional Parque Atheneu, Acalanto, Vila Sol Dourado e Vera Cruz, conforme Ata AGE nº 75ª de 29/01/2010.

Valores a receber dos mutuários classificados no Ativo Não Circulante – Realizável a Longo Prazo.

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Conjuntos Habitacionais	R\$ 192.701,83	R\$ 192.701,83	R\$ 239.906,31
Conjunto Habitacional Parque Atheneu	R\$ 192.701,83	R\$ 192.701,83	R\$ 239.906,31

Devedores por Créditos Repassados

Crédito com a Prefeitura de Anápolis atualizados pelo índice UPC (Unidade Padrão de Capital), refere-se aos valores repassados para construção de infraestrutura de conjunto habitacional Vila Formosa no município de Anápolis, contrato renegociado em 19/01/1973.

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Infraestrutura de Conjuntos	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Prefeitura Municipal de Anápolis (a)	R\$ 6.359.637,02	R\$ 6.359.637,02	R\$ 6.133.251,35
(-) Provisão para perdas de Crédito de Liquidação Duvidosa (b)	-R\$ 6.359.637,02	-R\$ 6.359.637,02	-R\$ 6.133.251,35

a) Anualmente o valor da dívida é atualizado monetariamente conforme Unidade Padrão Capital (UPC);

b) Em observância aos Comitês de Pronunciamentos Contábeis (CPC) nºs 38 e 48, foi constituída provisão para perdas de crédito de liquidação duvidosa; Execução de Título Executivo Extrajudicial (protocolo nº 5770797-59.2022.8.09.0006) em face do Município de Anápolis, distribuído à Vara de Fazenda Pública Municipal.

Unidades Residenciais de Programas de Governo, no município de Senador Canedo e Aparecida de Goiânia:

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022	Quantidade
Unidades Residenciais	R\$ 1.129.756,77	R\$ 1.129.756,77	R\$ 1.129.756,77	
Conjunto Sabia em Senador Canedo	R\$ 953.012,33	R\$ 953.012,33	R\$ 953.012,33	73 UH
Conjunto Planície em Aparecida de Goiânia	R\$ 176.744,44	R\$ 176.744,44	R\$ 176.744,44	16 UH

No Exercício Social de 2018, foram realizadas doações dos imóveis localizados no município de Senador Canedo – Conjunto Sabiá e no Exercício Social de 2022, foram registradas escrituras em nome dos donatários, portanto ocorreram as baixas patrimoniais.

Terrenos Destinados Edificações ou Urbanização

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	31/03/2022
Terrenos Destinados à Edificações ou Urbanização	R\$ 2.317.691,73	R\$ 2.317.691,73	R\$ 2.421.402,13
Santos Dumont	R\$ 54.655,68	R\$ 54.655,68	R\$ 54.655,68
Conjunto Vera Cruz	R\$ 2.263.036,05	R\$ 2.263.036,05	R\$ 2.366.746,45

Conjunto Santos Dumont que corresponde 05 (cinco) Lotes.

LOCALIDADE	QUADRA	LOTE	RUA	VLR.M2	M2	Valor Contábil
CONJUNTO SANTOS DUMONT	114	5	Rua 04	550	18,72	R\$ 10.296,00
CONJUNTO SANTOS DUMONT	116	15	Rua 10	450	18,72	R\$ 8.424,00
CONJUNTO SANTOS DUMONT	116	16	Rua 10	450	18,72	R\$ 8.424,00
CONJUNTO SANTOS DUMONT	116	17	Rua 10	573,1	18,72	R\$ 20.364,38
CONJUNTO SANTOS DUMONT	116	18	Rua 19	380,32	18,72	R\$ 7.147,30
TOTAL						R\$ 54.655,68

Conjunto Vera Cruz

Terrenos destinados à Edificações no valor contábil de **R\$ 2.317.691,73 (Dois Milhões, Trezentos e Dezessete Mil, Seiscentos e Noventa e Um Reais e Setenta e Três Centavos)** referente aos lotes localizados no Conjunto Vera Cruz no município de Goiânia.

Em cumprimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1428/2013 regulamentada pela NBC TG 46 – Mensuração do Valor Justo, foram realizadas avaliações ao valor justo, mas não foram reconhecidos pelo motivo que estes lotes serão construídos moradias de interesse social destinadas às famílias de baixa renda.

No Exercício Social de 2022 foram destinados os blocos nº 132 a 145 para construções de Unidades Habitacionais Empreendimento Ipê Roxo.

Município	Matricula	CRI	Logradouro	Quadra
GOIÂNIA	193726	1º	RUA VC-21B	BLOCO 132
GOIÂNIA	193727	1º	RUA VC-21B	BLOCO 133
GOIÂNIA	193728	1º	RUA VC-21B	BLOCO 134
GOIÂNIA	193729	1º	RUA VC-21B	BLOCO 135
GOIÂNIA	193730	1º	RUA VC-21B	BLOCO 136
GOIÂNIA	193731	1º	RUA VC-21B	BLOCO 137
GOIÂNIA	193732	1º	RUA VC-21B	BLOCO 138

GOLÁNTIA	193733	1º	RUA VC-21C	BLOCO 139
GOLÁNTIA	193734	1º	RUA VC-21C	BLOCO 140
GOLÁNTIA	193735	1º	RUA VC-21C	BLOCO 141
GOLÁNTIA	193736	1º	RUA VC-21C	BLOCO 142
GOLÁNTIA	193737	1º	RUA VC-21C	BLOCO 143
GOLÁNTIA	193781	1º	RUA VC-21C	BLOCO 144
GOLÁNTIA	193740	1º	RUA VC-21C	BLOCO 145

Previsão para construção de 3.000 unidades habitacionais destinadas a família de baixa renda, que será executado com a parceria Governo do Estado de Goiás, Caixa Econômica Federal (Governo Federal) e a AGEHAB, inicialmente em fase de construção.

RESIDENCIAL VIDA MAIS VERA CRUZ - CONDOMÍNIO IPÊ ROXO

Previsão de 256 Unidades Habitacionais

Previsão de entrega: Novembro/2023

RESIDENCIAL VIDA MAIS VERA CRUZ - CONDOMÍNIO IPÊ AMARELO

Previsão de 240 Unidades Habitacionais

Previsão de entrega: Janeiro/2025

Devedores Diversos - Ativo Contingente - Refere-se a direitos potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Conforme nova estimativa realizada pela Assessoria Jurídica da Agehab, o Processo Judicial Civil 200402535191-253519.04.2004 Ação Ordinária de Rescisão Contratual Cumulada com Devolução de Valores contra a empresa Bombardi Designar Ltda, que devido a inaplicabilidade do projeto, que anteriormente foi classificado como Ativo Provável, em 2022foi reclassificado como **ATIVO REMOTO**.

Tributos a recuperar – Longo Prazo

Refere-se ao Saldo Negativo do Imposto de Renda oriundo de IRRF sobre Contas de Investimento e IRRF Retido da nota fiscal emitida para Secretaria de Estado da Economia, valores atualizados conforme juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Tributos a Recuperar	R\$ 1.338.513,42	R\$ 647.112,53	R\$ 1.141.551,08
Saldo Negativo de Imposto de Renda	R\$ 1.338.513,42	R\$ 647.112,53	R\$ 1.141.551,08

No Exercício Social de 2022 ocorreram restituições de Saldo Negativo de Imposto de Renda creditada na conta corrente vinculada ao CNPJ da Agehab

Ano	Valor Original	Correção	Valor Restituído	Crédito em
2015	R\$ 149.774,36	R\$ 67.772,90	R\$ 217.547,26	20/04/2022
2017	R\$ 125.421,24	R\$ 38.516,86	R\$ 163.938,10	20/12/2022
2018	R\$ 70.698,47	R\$ 17.299,74	R\$ 87.998,21	20/12/2022
2019	R\$ 91.115,98	R\$ 17.020,46	R\$ 108.136,44	20/12/2022
2020	R\$ 83.502,93	R\$ 13.327,06	R\$ 96.829,99	20/12/2022
2021	R\$ 81.749,08	R\$ 9.491,07	R\$ 91.240,15	20/12/2022
	R\$ 602.262,06	R\$ 163.428,08	R\$ 765.690,13	

✓ **Opinião**

Os controles internos aderentes aos saldos mantidos no Realizável a Longo Prazo, nos pareceram suficientes para mitigar os riscos relacionados à conta.

3.2.2. OBRAS EM ANDAMENTO

ATIVOS	SALDOS				Variação 2º TRI x 1º TRI 2023	
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
ATIVOS NÃO-CIRCULANTE	219.640.605,34	39,24	155.713.332,14	27,95	63.927.273,20	41,05
Realizável a Longo Prazo	216.080.298,15	38,60	152.572.771,27	27,39	63.507.526,88	41,62
Obras Em Andamento - Programas Sociais	211.101.634,40	37,71	147.633.260,80	26,50	63.468.373,60	42,99
Obras Em Andamento - Programas Sociais	211.101.634,40	37,71	147.633.260,80	26,50	63.468.373,60	42,99
Obras em Andamento - Recurso Estadual - Protege	207.556.393,71	37,08	144.088.020,11	25,86	63.468.373,60	44,05
Obras em Andamento - Convênios Federais/CAIXA/FGTS	3.545.240,69	0,63	3.545.240,69	0,64	0,00	0,00

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Obtivemos as planilhas e Relatórios Sintéticos das Obras em Andamento. As referidas planilhas nos subsidiaram no estudo da evolução das aludidas contas, além dos esclarecimentos fornecidos pela administração da AGEHAB. Tendo por objetivo atenuar os riscos das operações, uma vez que o referido Grupo contabiliza importantes operações vinculadas à Recursos Financeiros a Receber.

✓ **Constatações**

Os valores contabilizados no grupo **OBRAS EM ANDAMENTO** totalizando **R\$ 211.101.634,40 (Duzentos e onze milhões, cento e um mil, seiscentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos)** referem-se aos pagamentos dos serviços prestados às construtoras nas etapas de serviços técnicos de levantamento planialtimétrico, sondagem e percolação e de construções das Unidades Habitacionais, nos municípios goianos, com a utilização das fontes orçamentárias: Recurso Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS oriundo do tesouro do Estado de Goiás para subsidiar programas de governo MORADIA COMO BASE DE CIDADANIA para Construção Unidades Habitacionais e Recurso Convênios Federais referente aos termos de parcerias União/CEF com utilização de recurso do FGTS para subsidiar Construção de Unidades Habitacionais e Equipamentos Comunitários.

Controle dos valores contabilizados em Obras em Andamento, através das emissões das notas fiscais apropriadas por fonte de orçamentária.

DESCRIÇÃO	30/06/2023		31/12/2022		30/06/2022	
	R\$	211.101.634,40	R\$	109.519.303,68	R\$	22.614.621,44
Recurso Orçamentário Protege	R\$	207.556.393,71	R\$	105.974.062,99	R\$	19.125.433,25
Convênios Federais	R\$	3.545.240,69	R\$	3.545.240,69	R\$	3.489.188,19

O valor de **R\$ 6.319.193,41 (Seis Milhões, trezentos e dezenove reais, cento e noventa e três reais e quarenta e um centavos)** referente à conta Obras e Instalações em Andamento foi reclassificado no Exercício social de 2022, para o grupo Ativo Não Circulante, Realizável a Longo Prazo, pelo entendimento que os bens construídos não integrarão o patrimônio da Agehab.

No Exercício Social de 2022 foram realizadas as baixas referente à entrega de 50 Unidades Habitacionais no municio de Paraúna pagos através da Fonte Orçamentária Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS no total de **R\$ 3.019.175,98 (Três milhões, dezenove mil, cento e setenta e cinco reais e noventa e oito centavos)**.

✓ **Opinião**

Os controles internos aderentes aos saldos apresentados na conta de Obras em Andamento, nos pareceram suficientes para mitigar os riscos relacionados à aludida conta, bem como as evidências de auditoria coligidas em nos papeis de trabalho foram suficientes para a validação dos saldos demonstrados no Balanço Patrimonial.

✓ **Recomendação de Aprimoramento**

Envidar esforços no sentido de sanar as pendências documentais para a liberação dos recursos finais relativos a obras antigas já concluídas e entregues.

3.2.3. ATIVO IMOBILIZADO

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Não acompanhamos os inventários físicos dos bens integrantes do ativo imobilizado da Companhia, todavia selecionamos pelo razão contábil alguns lançamentos consignados a débito e a crédito das contas, atentando para apropriação das aquisições, no que tange à integridade e posse dos bens, à fidelidade da documentação, à titularidade e propriedade dos bens móveis, bem como atributos necessários ao tombamento, e tratamento contábil da depreciação em relação ao controle patrimonial existente e sua conciliação com a contabilidade, mediante procedimentos mínimos específicos para atender às Evidências de Auditoria.

✓ **Constatações**

A administração aplicou o teste de IMPAIRMENT no Exercício Social de 2022 elaborado pela empresa Compliance Auditores Independentes Eireli, cujas conclusões são que os ativos não apresentaram perda por Recuperabilidade sendo que os valores apurados com base nos preços praticados no mercado ativo estão acima dos valores contabilizados.

Imobilizado

O Imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e os bens são destinados ao funcionamento normal da entidade, os bens sujeitos a depreciação foram depreciados pelo método linear a taxas que levam em conta seu tempo de vida útil econômica, conforme emissão de laudo e informações dos responsáveis pelos bens, realizado revisão da vida útil dos bens na data de 01/11/2022.

Os bens são devidamente identificados por plaquetas, alocados por unidades administrativas e centos de custos.

DESCRIÇÃO	Custo	Depreciações	Líquido 30/06/2023	Líquido 31/12/2022	Líquido 30/06/2022
Móveis e Utensílios	909.545,44	-492.503,93	417.041,51	381.363,05	253.492,10
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	130.716,94	-21.626,09	109.090,85	0,00	0,00
Computadores e Periféricos	3.808.119,64	-1.674.550,29	2.133.569,35	1.886.044,83	2.119.665,07
Instalações de Escritório	258.660,19	-113.602,10	145.058,09	103.217,29	38.671,22
Aparelhos e Equip. de Medição e Orientação	202.599,99	-37.474,76	165.125,23	173.767,98	0,00
Terrenos	30.134,70	0	30.134,70	30.134,70	30.134,70
Edificações	123.309,16	-78.889,50	44.419,66	45.568,42	46.973,54
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	146.858,96	-113.864,76	32.994,20	34.916,66	41.055,96
TOTAL	5.609.945,02	-2.532.511,43	3.077.433,59	2.655.012,93	2.529.992,59

a) O valor de **R\$ 6.319.193,41(Seis Milhões, trezentos e dezenove reais, cento e noventa e três reais e quarenta e um centavos)** referente à conta Obras e Instalações em Andamento foi reclassificado no Exercício social de 2022, para o grupo Ativo Não Circulante, Realizável a Longo Prazo, pelo entendimento que os bens construídos não integrarão o patrimônio da AGEHAB.

b) Houve aquisições de cadeiras, mesas, equipamentos de comunicação/eventos, computadores, reconhecimento facial, aparelhos de ar condicionado e equipamento drone no total de **R\$ 733.418,15 (Setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e dezoito reais e quinze centavos) de Janeiro a Junho de 2023;**

c) Após tombamento patrimonial executado em Dezembro de 2022, houveram baixas de bens sucateados e sem condições de uso.

d) Realizada revisão da vida útil nos bens móveis pela empresa Compliance Auditores Independentes Eireli e realizado às adequações no sistema de patrimônio do Exercício Social de 2022.

Intangível

No intangível está classificado os sistemas operacionais (SOFTWARE), são licenças por tempo indeterminado de uso “perpétua”, adquiridos em 2016 e em implantação durante o ano de 2017, os sistemas corporativos ERP de integração contábil, financeira, departamento pessoal, almoxarifado e sistema de Gestão Eletrônica de Documentos. Amortização é calculada pelo método linear com base na vida útil e as despesas associadas à sua manutenção são reconhecidas como despesas quando incorridas.

DESCRIÇÃO	Custo	Amortização	Líquido 30/06/2023	Líquido 31/12/2022	Líquido 30/06/2022
Software	1.167.544,36	-684.670,76	482.873,60	650.610,20	693.472,98
TOTAL	1.167.544,36	-684.670,76	482.873,60	650.610,20	693.472,98

a) No Exercício Social de 2022 foi adquirido sistema LALUR para auxiliar no envio do SPED Fiscal à Receita Federal do Brasil;

b) Realizada revisão da vida útil dos softwares pela empresa Compliance Auditores Independentes Eireli e realizado às adequações no sistema de patrimônio.

✓ **Opinião**

Entendemos que os processos e procedimentos que integram os controles internos implementados são suficientes para salvaguardar tais ativos, registrados fielmente e com exatidão nas demonstrações contábeis.

4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS

4.1. PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante representa **59,12%** do saldo total do passivo recebendo atributo de risco alto sob o ponto de vista de exposição patrimonial passiva, apresentando uma variação negativa de **(R\$ 55.084.338,92)**, em relação ao período anterior comparado a este sob exame, portanto apresentando risco relativo do ponto de vista de volume quantitativo e risco alto em função do qualitativo transacionado.

Referido grupo do passivo, congrega as seguintes contas:

PASSIVO	SALDOS				Variação 2º TRI x 1º TRI 2023		
	Especificação	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
PASSIVO CIRCULANTE		330.941.340,05	59,12	386.025.678,97	69,29	-55.084.338,92	-14,27
Obrigações de Curto Prazo		330.941.340,05	59,12	386.025.678,97	69,29	-55.084.338,92	-14,27
Obrigações Trabalhistas		68.418,80	0,01	28.485,39	0,01	39.933,41	140,19
Consignações sobre Folha de Pagamento		34.078,99	0,01	35.230,36	0,01	-1.151,37	-3,27
Obrigações Sociais		2.011.759,18	0,36	1.226.526,30	0,22	785.232,88	64,02
Obrigações Tributárias		379.545,70	0,07	43.178,05	0,01	336.367,65	779,02
Contas a Pagar		7.930.259,81	1,42	3.468.454,36	0,62	4.461.805,45	128,64
Tributos Parcelados		306.411,62	0,05	340.416,54	0,06	-34.004,92	-9,99
Provisões Trabalhistas		5.562.095,43	0,99	4.750.237,07	0,85	811.858,36	17,09
Subvenção Econômica a Realizar - Tesouro do Estado de Goiás		310.103.629,60	55,40	371.624.766,84	66,71	-61.521.137,24	-16,55
Caução a Restituir		1.438,69	0,00	1.416,66	0,00	22,03	1,56
Créditos para Recursos Vinculados		4.543.702,23	0,81	4.506.967,40	0,81	36.734,83	0,82

4.1.1. OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO

✓ Procedimentos de Auditoria

Obtivemos as planilhas de conciliações dos saldos por data de vencimento estratificando o mês do fato gerador, realizamos o teste no subgrupo de Fornecedores, demonstrando propriedade nos saldos apresentados.

✓ Constatações

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Tributárias

Refere-se aos valores provisionados decorrentes da folha de pagamento, valores descontados dos servidores (Empréstimo Consignado), contribuições previdenciárias, Fundo Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), retenções de impostos federais e municipais, ISS, PIS, COFINS que serão recolhidos e repassados no período subsequente, apropriados pelo regime de competência.

DESCRIÇÃO	30/06/2023		31/12/2022		30/06/2022	
Obrigações Trabalhistas e Consignações	R\$	102.497,79	R\$	34.470,11	R\$	8.943,79
Conselheiro	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Empréstimo Consignado	R\$	34.078,99	R\$	27.264,81	R\$	-
Rescisões Trabalhistas	R\$	-	R\$	6.893,68	R\$	-
13º Salário a pagar	R\$	-	R\$	311,62	R\$	-
Cedidos	R\$	68.418,80	R\$	-	R\$	-
Férias a Pagar	R\$	-	R\$	-	R\$	8.943,79

DESCRIÇÃO	30/06/2023		31/12/2022		30/06/2022	
Obrigações Sociais	R\$	2.011.759,18	R\$	763.812,05	R\$	1.175.362,17
Contribuição Previdenciária - INSS a Recolher	R\$	748.685,33	R\$	201,46	R\$	622.274,76
INSS a Recolher - Serviços Terceirizados	R\$	1.095.526,43	R\$	763.572,88	R\$	410.940,70
FGTS Fundo de Garantia do Tempo de Serviço a Recolher	R\$	167.547,42	R\$	37,71	R\$	142.146,71
Obrigações Tributárias	R\$	379.545,70	R\$	35.404,62	R\$	29.981,41
IRRF a Recolher - Empregados	R\$	342.022,64	R\$	90,46	R\$	-
IRRF a Recolher - Terceiros	R\$	1.189,89	R\$	-	R\$	827,42
ISS Próprio	R\$	137,50	R\$	80,00	R\$	134,50
ISS - Terceiros	R\$	2.444,80	R\$	451,53	R\$	1.794,64
PIS/COFINS/CSLL Terceiros	R\$	4.230,56	R\$	-	R\$	3.119,93
PIS - Não Cumulativo a Recolher	R\$	5.153,22	R\$	5.581,31	R\$	4.123,21
COFINS Não Cumulativo a Recolher	R\$	24.367,09	R\$	29.201,32	R\$	19.981,71
TOTAL	R\$	2.493.802,67	R\$	833.686,78	R\$	1.214.287,37

Contas a Pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificados como passivo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante.

Os saldos das contas a pagar aos fornecedores estão aos seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas e considerando que não há ocorrência de atrasos na quitação e por consequência não há ocorrência de pagamento de juros/multas.

DESCRIÇÃO	30/06/2023		31/12/2022		30/06/2022	
Contas a pagar	R\$	7.930.259,81	R\$	509.784,34	R\$	6.890.799,16
Fornecedores de Bens e Serviços (a)	R\$	7.462.683,77	R\$	92.650,32	R\$	6.461.924,76
Fornecedores de Bens e Serviços a faturar (b)	R\$	467.576,04	R\$	417.134,02	R\$	428.874,40

Considerando o fluxo financeiro baseado no orçamento do tesouro do Estado de Goiás, os valores contabilizados em contas a pagar, referem-se:

- As notas fiscais emitidas nos últimos dias do mês de junho de 2023 quitadas em períodos subsequentes;
- Provisões das despesas ocorridas em junho de 2023, considerando o regime de competência, cujas notas fiscais, foram emitidas em Julho de 2023;

Obras	R\$	7.297.896,97	92%
Serviços	R\$	589.349,24	7%
Consumo	R\$	33.588,60	0%
Diárias	R\$	9.425,00	0%
	R\$	7.930.259,81	100%

Tributos Parcelados Passivo Circulante Curto Prazo

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Tributos Parcelados	R\$ 306.411,62	R\$ 440.113,80	R\$ 229.845,44
Lei nº 11.941/2009 (a)	R\$ 7.047,14	R\$ 13.182,60	R\$ 6.913,20
Parcelamento Simplificado PIS (b)	R\$ 5.388,24	R\$ 7.684,32	R\$ 4.012,60
Parcelamento Simplificado COFINS (c)	R\$ 25.540,08	R\$ 36.423,36	R\$ 19.019,28
Parcelamento INSS Patronal 2018 (c)	R\$ 268.436,16	R\$ 382.823,52	R\$ 199.900,36

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Tributos Parcelados	R\$ 8.788,40	R\$ 79.943,59	R\$ 472.799,95
Lei nº 11.941/2009	R\$ 8.788,40	R\$ 8.788,40	R\$ 20.808,00
Parcelamento Simplificado PIS	R\$ -	R\$ 1.280,71	R\$ 8.135,39
Parcelamento Simplificado COFINS	R\$ -	R\$ 6.070,56	R\$ 38.561,32
Parcelamento INSS Patronal 2018	R\$ -	R\$ 63.803,92	R\$ 405.295,24
TOTAL	R\$ 315.200,02	R\$ 520.057,39	R\$ 702.645,39

- Parcelamento Lei nº 11.941/2009 em 158 prestações mensais, atualizados a taxa Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), quitadas 144 prestações até 30/06/2023.
- Parcelamento Simplificado da COFINS e PIS em 60 prestações mensais atualizados a taxa Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), quitadas 52 prestações até 30/06/2023.
- Parcelamento Ordinário da Contribuição Previdenciária sobre a folha de pagamento em 60 prestações mensais atualizados a taxa Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), quitadas 52 prestações até 30/06/2023.

Provisões Trabalhistas

Provisões Trabalhistas - Proveniente de registros das seguintes contingências: Provisão Férias, 1/3 Férias e 13º salário contém os Impostos (INSS e FGTS) no valor de R\$ 5.562.095,43 (Cinco milhões, quinhentos e sessenta e dois reais, noventa e cinco centavos) sendo registradas pelo regime de competência as obrigações com férias, sendo baixados no momento do gozo das férias.

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Provisões Trabalhistas	R\$ 5.562.095,43	R\$ 3.943.731,03	R\$ 4.785.380,23
Provisão de Férias	R\$ 4.278.774,72	R\$ 3.943.731,03	R\$ 3.627.681,63
Provisão de 13º Salário	R\$ 1.283.320,71	R\$ 0,00	R\$ 1.157.698,60

Subvenções Econômicas de Investimento a Realizar

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Subvenções de Investimento a Realizar	R\$ 310.103.629,60	R\$ 412.598.750,99	R\$ 137.342.917,85
Restos a Pagar – Fonte Orçamentária Protege	R\$ 310.103.629,60	R\$ 412.598.750,99	R\$ 137.342.917,85

a) Recurso disponível no dia 30/12/2022 no total de R\$ 412.598.750,99 (Quatrocentos e Doze Milhões, Quinhentos e Noventa e Oito mil, Setecentos e Cinquenta reais e Noventa e Nove Centavos) da Fonte Orçamentária Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS para às ações governamentais HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, MORADIA LEGAL, GOIÁS ESCRITURAS, PARA TER ONDE MORAR referente aos contratos empenhados cumprindo o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, deste saldo utilizado até 30/06/2023:

Saldo 31/12/2022	R\$ 412.598.750,99
Construção de UH	R\$ 81.572.548,29
Aluguel Social	R\$ 7.166.164,72
Regularização Fundiária	R\$ 46.063,45
Empenhos Cancelados	R\$ 13.710.344,93
Saldos utilizados 01/01 a 30/06/2023	R\$ 102.495.121,39
Saldos Restos a Pagar em 30/06/2023	R\$ 310.103.629,60

b) Será reconhecida como RECEITA conforme os pagamentos das medições conforme regime de Competência e cumprindo o **ITEM 12 Do Comitê de Pronunciamento Contábil nº 07** *Uma subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições deste Pronunciamento. A subvenção governamental não pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido.*

Cauções a restituir

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Caução a restituir	R\$ 1.438,69	R\$ 1.394,56	R\$ 1.352,54

Refere-se aos depósitos cauções conforme cláusulas contratuais.

Créditos para Recursos Vinculados

Os Créditos são Recursos Vinculados à Fonte Orçamentária Convênios Federais referente aos contratos de parcerias União/CEF com utilização de recurso do FGTS para subsidiar construção de Unidades Habitacionais, Equipamentos Comunitários e pagamentos de serviços sociais.

São saldos financeiros vinculados aos Convênios ativos às Contas Correntes, Aplicações Financeiras e Poupança referente aos termos de Cooperação e Parceira CAIXA para construção dos empreendimentos João Paulo II, Água Fria e Damianópolis e Trabalho Social e Gestão Condominial do Nelson Mandela, que serão baixados conforme a utilização dos mesmos.

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Créditos para Recursos Vinculados	R\$ 4.543.702,23	R\$ 4.622.446,44	R\$ 3.927.017,07
Programas Construção Unidades Habitacionais	R\$ 4.447.714,57	R\$ 4.228.013,25	R\$ 3.571.936,13
Convênio Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal/FAR	R\$ 95.987,66	R\$ 394.433,19	R\$ 355.080,94

✓ Opinião

Realizamos testes através de exame da documentação de suporte para os registros contábeis e não evidenciamos qualquer irregularidade. Constatamos que os controles apresentados em planilhas nos parecem apropriados, e condizentes com a complexidade das obrigações controladas.

4.2. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O passivo não circulante representa **0,78%** do saldo total do passivo recebendo atributo de baixo risco sob o ponto de vista de exposição patrimonial passiva, apresentando uma variação de **(R\$ 123.201,36)**, equivalentes a um decréscimo de **2,75%** em relação ao período anterior comparado a este sob exame, portanto apresentando risco baixo do ponto de vista de volume quantitativo e risco baixo em função do qualitativo transacionado.

Referido grupo do passivo, congrega as seguintes contas:

PASSIVO	SALDOS				Variação 2º TRI x 1º TRI 2023	
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	4.361.749,07	0,78	4.484.950,43	0,81	-123.201,36	-2,75
Exigível a Longo Prazo	4.361.749,07	0,78	4.484.950,43	0,81	-123.201,36	-2,75
Tributos Parcelados	8.788,40	0,00	79.943,59	0,01	-71.155,19	-89,01
Provisões para Contingências	4.352.960,67	0,78	4.405.006,84	0,79	-52.046,17	-1,18

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Obtivemos as planilhas de conciliações dos saldos por data de vencimento estratificando o mês do fato gerador, realizamos o teste no subgrupo de Fornecedores, demonstrando propriedade nos saldos apresentados.

✓ **Constatações**

Tributos Parcelados Passivo Não-Circulante Longo Prazo

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Tributos Parcelados	R\$ 306.411,62	R\$ 440.113,80	R\$ 229.845,44
Lei nº 11.941/2009 (a)	R\$ 7.047,14	R\$ 13.182,60	R\$ 6.913,20
Parcelamento Simplificado PIS (b)	R\$ 5.388,24	R\$ 7.684,32	R\$ 4.012,60
Parcelamento Simplificado COFINS (c)	R\$ 25.540,08	R\$ 36.423,36	R\$ 19.019,28
Parcelamento INSS Patronal 2018 (c)	R\$ 268.436,16	R\$ 382.823,52	R\$ 199.900,36

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Tributos Parcelados	R\$ 8.788,40	R\$ 79.943,59	R\$ 472.799,95
Lei nº 11.941/2009	R\$ 8.788,40	R\$ 8.788,40	R\$ 20.808,00
Parcelamento Simplificado PIS	R\$ -	R\$ 1.280,71	R\$ 8.135,39
Parcelamento Simplificado COFINS	R\$ -	R\$ 6.070,56	R\$ 38.561,32
Parcelamento INSS Patronal 2018	R\$ -	R\$ 63.803,92	R\$ 405.295,24
TOTAL	R\$ 315.200,02	R\$ 520.057,39	R\$ 702.645,39

Passivo Provável

A AGEHAB é parte integrante de diversos processos com causas cíveis, trabalhistas classificadas como prováveis de perdas pela Assessoria Jurídica, devidamente provisionadas de acordo com o CPC 25.

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Provisões para Contingências	R\$ 4.352.960,67	R\$ 4.482.993,63	R\$ 1.806.625,19
Provisões para Contingências Processos Cíveis e Fiscais	R\$ 1.710.972,82	R\$ 1.777.000,00	R\$ 717.283,88
Provisões para Contingências Processos Trabalhistas	R\$ 2.641.987,85	R\$ 2.705.993,63	R\$ 1.089.341,31

Passivo Possível

A AGEHAB é parte integrante de 72 (Setenta e dois) processos com causas cíveis, trabalhistas e fiscais classificadas como possíveis de perdas pela Assessoria Jurídica, conforme determina o CPC 25, totalizando o valor de R\$ 3.874.681,59 (Três milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e um reais cinquenta e nove centavos).

✓ **Opinião**

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para demandas judiciais – trabalhistas, tributárias e cíveis, as quais estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da probabilidade de perda associada as causas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 21, são compatíveis e aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis. Os controles são apropriados ao porte e complexidade da Companhia.

4.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido representa **33,45%** do saldo total da parcela não exigível que resulta da equação patrimonial (ativo menos passivo), e, variou positivamente em **29,91%** em relação ao período anterior.

PASSIVO	SALDOS				Variação 2º TRI x 1º TRI 2023	
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
Capital Social	187.256.418,03	33,45	187.256.418,03	33,61	0,00	0,00
Ações	187.256.418,03	33,45	187.256.418,03	33,61	0,00	0,00
Reservas	212.320.655,73	37,93	212.320.655,73	38,11	0,00	0,00
Reservas de Lucros	212.320.655,73	37,93	212.320.655,73	38,11	0,00	0,00
Resultado de Apuração	-175.122.391,22	-31,29	-232.971.092,29	-41,82	57.848.701,07	-24,83
Resultado de Apuração	-175.122.391,22	-31,29	-232.971.092,29	-41,82	57.848.701,07	-24,83
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	224.454.682,54	40,10	166.605.981,47	29,91	57.848.701,07	34,72

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade, já que a movimentação da conta é consubstanciada por poucas operações/lançamentos, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

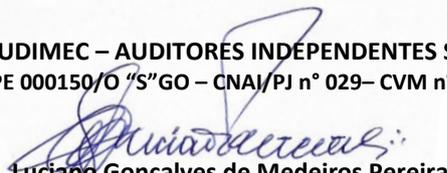
8. CONCLUSÃO

O presente relatório composto de 28 (vinte e oito) páginas escritas apenas no anverso destina-se exclusivamente à finalidade definida no primeiro parágrafo do mesmo e a informar à Administração da AGEHAB acerca dos detalhes inerentes ao trabalho efetuado, não devendo ser utilizado para nenhum outro fim, e tampouco distribuído a terceiros.

Goiânia/GO, 15 de setembro 2023.



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
 CRC/PE 000150/O “S” GO – CNAI/PJ n° 029– CVM n° 12327


Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
 Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S” GO
 Sócio Sênior – CNAI 1592


Phillipe de Aquino Pereira
 Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S” GO
 CNAI 4747


Thomaz de Aquino Pereira
 Contador – CRC/PE 021100/O-8 “S” GO
 CNAI 4850